



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA TRIPARTITE DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)

Data: 14 e 15 de setembro de 2016.

Local: São Luis/ MA

Participantes: Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), Soraya Silveira (MTE/SRTE/PE), Mauro Jose Rocha de Araujo (DPC), Mario Bastos Ferraz de Mendonça (SYNDARMA); Luiz Sergio Soares Mamari (CNC), Elisangela Pereira Lopes (CNA), Antonio Carlos Garcia Júnior (FUNDACENTRO).

Dia 14/09/2016 – Reunião Técnica no Porto de ITAQUI

Pela manhã, inicialmente feita a apresentação do Presidente da EMAP dando boas vindas e comentando dos desafios e da importância do porto para a cidade de São Luiz. Dentre os tópicos apresentados citamos: desafios administrativos e operacionais, complexidade do ambiente, vários atores no mesmo ambiente, diversidade de cargas (inclusive carga viva), importância da segurança, boas práticas e procedimentos de segurança e por fim compartilhamento de experiências. O Sr. George Bezerra, Gerente de Segurança e Saúde da EMAP, complementou citando o desafio de criar consciência na área de segurança. A Sra. Rosângela explicou o pedido para a EMAP quanto a apresentarem o PCE/PAM a fim de transmitir a vivência desses programas no porto, tendo em vista a pauta da reunião no dia seguinte. O Sr. George, então, apresentou o plano para evacuação do auditório em que estávamos, depois comentou sobre sinistros como incêndio e derrame ao mar. Disse que o PCE do porto de Itaqui hoje abrange 41 cenários, como por exemplo, explosão por manuseio de gases e combustíveis. Entre os pontos já realizados citou a formação da brigada de emergência, revisão do sistema de combate a incêndio e que o PCE já foi inclusive aprovado pelo Corpo de Bombeiros e está disponibilizado na Internet. Apresentou o fluxo de comunicação de emergência, cronograma de exercícios simulados (como um já realizado de remoção de trabalhador acidentado do porão utilizando a gaiola), treinamentos, etc. Informou que o PAM é composto por 25 empresas e 5 órgãos estaduais e abrange 42 cenários como: naufrágio, ataque terrorista, incêndio a bordo, etc. Abrange inclusive cenários que ultrapassam a área portuária. O PAM estava inativo e logo no começo durante os diálogos para sua reativação houve o incêndio na área de celulose, que incentivou a sua reativação de imediato, como também ajudou o combate ao incêndio, uma vez que os bombeiros já tinham participado de reuniões anteriores e por isso tinham um conhecimento da área. O PAM é interligado com IPSCODE e PCE. Foi apresentado o calendário de reuniões e cronograma para realização de simulados. Após a apresentação, Rosângela comenta sobre a diversidade de cenários apresentados informando que vem de encontro a discussões feitas quanto a nova redação do PCE da NR 29, que não caberia limitar a quantidade de eventos, devido a diversidade de operações existentes. Antonio Carlos, FUNDACENTRO, pergunta sobre a integração desses programas com os trabalhadores avulsos. A EMAP responde dizendo que teve várias dificuldades com os TPAs e que

houveram várias apresentações para divulgação. Hoje o SESMT da EMAP tem 15 técnicos de segurança e 1 engenheiro de segurança e que estão bem integrados com o SESSTP do trabalhador avulso. Os coordenadores do PCE complementam essa integração com os operadores portuários e as empresas dentro do porto. Após, foi realizada a visita ao cais. Foi apresentado uma operação com uso de grab e moegas, operação com trilhos, visitamos o galpão da Suzano e o conjunto de equipamentos necessários para o manuseio com as diversas cargas. Fomos abordados por trabalhadores avulsos que fizeram vários questionamentos que foram comentados na reunião a tarde com a comunidade portuária local.

Dia 15/09/2016 – 33ª Reunião Ordinária da CPNP –

1- Leitura e aprovação da ata da 32ª RO da CPNP - Recife

A coordenadora iniciou a reunião explicando a dinâmica da comissão, em seguida, procedeu-se ao chamamento dos representantes das bancadas patronal e dos trabalhadores à mesa e verificação de quórum. Informou que foram enviadas justificativas dos seguintes representantes: Sérgio M. Gianetto (FNP), Rogério Porto Veleza (FENCCOVIB) e Ernani Pereira Pinto (CONTTMAF), que desta forma, embora justificáveis as ausências, não houve quórum pois não havia número de representantes dos trabalhadores que atingisse o mínimo exigido pelo Regimento. A bancada patronal argumentou que isso não deveria acontecer, pois já há poucas reuniões, muitos assuntos para resolver e a bancada patronal tem sempre feito o esforço de estar presente com o quórum necessário. Após, a Sra. Rosângela agradece a todos os presentes. Foi realizada a leitura da ata da reunião anterior. Foi decidida a alteração pela omissão da referência a NR-20, uma vez que não foi possível identificar quem fez a observação. Ficou decidido que tal assunto poderá ser discutido na próxima reunião, caso seja necessário. Em seguida a ata foi aprovada com as alterações já comentadas.

2- Proposta de modificação Cargas Perigosas – Explosivos – FNP

A Sra Rosângela relembra que a modificação do item de cargas perigosas foi levada a discussão inicialmente por Guanito, representante da FNP na reunião de Manaus, em agosto de 2013. Esse assunto tem sido discutido com morosidade devido a questionamentos sobre a influência do Exército. Mesmo após os esclarecimentos do representante do Exército, a bancada responsável por esse tópico não apresentou redação para sua discussão. Antônio Carlos sugere adiar o assunto e comenta que se o exército não interfere no que já está escrito, deveria ser mantido a NR-29 como está e que caso haja interesse que seja apresentado um texto pela bancada dos trabalhadores, mesmo porque a demanda inicial se referia a uma situação específica apenas no porto de Santos. Houve a sugestão que caso não seja apresentada nenhuma redação na próxima reunião, tal assunto poderia ser retirado de pauta. Rosângela colocou em votação e foi acordado que se não houver apresentação de texto na próxima reunião, esse tópico será retirado da pauta.

3- Proposta de revisão dos itens referentes a PLANO DE CONTROLE DE EMERGÊNCIA – PCE - nos portos - MTE

Inicialmente Rosângela apresentou histórico das discussões já realizadas sobre o PCE, desde a reunião de Itajaí. Depois explica como idealizou a tabela apresentada com as

alterações na NR-29. Alguns itens seriam transferidos e outros suprimidos de modo que o assunto PCE ficasse no mesmo tópico da NR, conforme entendimento da última reunião. O representante do Syndarma chama a atenção para o item 29.1.6.2 “g” que deve incluir não apenas o “*local*” mas também a “*carga*”. Questiona também sobre o termo “*empregador*”. Antônio Carlos explica que “*empregador*” são todos os empresários que contratam não portuários na área portuária e retro portuária. Após a explanação de Rosângela, Elisângela comenta que o trabalhador ficou excluído da elaboração do PCE e se isso teria alguma relevância. Antônio Carlos sugere substituir no item 29.1.6.1 “OGMO” por “*operadores portuários*”. Houve uma polêmica sobre inclusão ou não do OGMO na elaboração do PCE. A Sra. Soraya, MTE, sugere incluir também neste item áreas arrendadas que não fossem operadores portuários. Foi explicado que esta ressalva já estaria incluída em “*empregadores*”. Representante do Syndarma sugere destacar de forma detalhada no item 29.1.6.1 que cada parte deve fazer o seu PCE (Administração do porto+ Terminais Privados+ Arrendatários), para ficar bem clara a redação. Dessa forma, ao invés de juntar os dois itens que falam do assunto na atual redação, o Sr. Antônio Carlos (FUNDACENTRO) sugeriu a criação do item 29.7 específico para PCE e PAM. Manteria o item 29.1, pois é genérico, mais outro item detalharia as exigências. Sra. Rosângela e Sr. Mário comentam que devemos avaliar se isso provocaria grandes alterações na NR. O Sr. Mário questiona se não estaríamos invadindo a legislação de outros órgãos detalhando tanto esses planos (PCE e PAM). Depois de algumas argumentações, o Sr. Representante do Syndarma reavalia e endossa a criação do item 29.7, assim como o Sr. Mauro, da Marinha do Brasil. O PAM e PCE seriam mencionados no item 29.1 de forma simples, dizendo apenas a necessidade da existência desses programas, e depois detalhado no item 29.7 de forma bem didática de modo a ficar claro o que cada um deve fazer e o que deverá ser exigido pela fiscalização. A Sra Rosângela, devido a importância do assunto, concorda que a sugestão de remeter tudo para um novo item 29.7 é muito interessante. Depois de discussões, o Sr. Mário conclui que ficaria mantido o item 29.1.6 com conceitos e a quem caberia a participação e depois, no item 29.7, haveria um maior detalhamento. Antônio Carlos se oferece para fazer a redação do novo item 29.7, considerando o que já foi discutido nas reuniões. O Sr. Mário do Syndarma sugere o envio do documento para apreciação de todos antes da próxima reunião, para agilizar a discussão. O Sr. Antônio Carlos sugere vídeo conferência e Sr. Mário explica que mesmo assim deve ter o envio prévio do texto. Ficou acordado que a FUNDACENTRO vai fazer a redação dos itens 29.7 e 29.1 e enviar para os componentes desta comissão antes da reunião. No item 29.1 da NR ficaria a definição de PAM e PCE para o porto e que depois seria remetido ao item 29.7. Foi sugerido incluir que “*na confecção do PCE deve ser ouvido o trabalhador....*” para que os trabalhadores não fiquem totalmente de fora da elaboração. Foi discutido ainda, a função do OGMO e salientado que a responsabilidade é do operador portuário, o qual pode pedir para o OGMO representá-lo na elaboração dos planos. Por fim, o Sr. Antônio Carlos enviará e-mail com o texto para apreciação.

4- Proposta de alteração do Item 29.1.4.2 - FUNDACENTRO

A demanda foi apresentada por Antônio Carlos (FUNDACENTRO) que questiona a palavra “*implementar*” no item 29.1.4.2 da NR-29, uma vez que o OGMO não tem competência para controlar os efeitos de fontes poluidoras nas operações portuárias. Explica que a NR-29 se preocupa muito com riscos de acidentes, mas nem tanto com os riscos decorrentes de fontes poluidoras como ruído, poeira, calor, etc. Houve discussões, polemizando, sobre quem deveria assinar o PPRA das operações portuárias. O Sr. Mário (Syndarma) sugere fazer um parêntesis para entender a função do OGMO e sua composição e quem de fato representa. Foi orientado que tais questionamentos são respondidos no Capítulo VI da Lei

12.815. O Sr. Antônio Carlos defende o ponto de vista de que o operador portuário tem responsabilidade total pela operação portuária e conseqüentemente pela implementação do PPRA.

Foi sugerido que tal tema deve ser analisado pelas bancadas e que será discutido de forma concreta na próxima reunião.

5- Informes sobre o Congresso Portuário - FUNDACENTRO

A realização do Congresso foi confirmada pela FUNDACENTRO, que será em Santos de 21 a 24 de novembro de 2016. Foi discutido o tempo para apresentação desta comissão no Congresso e acordado para 20 minutos, pois devido às dificuldades para realização das reuniões, poucos assuntos foram totalmente acordados para mudança na NR desde o último congresso, pois só houve duas reuniões, a de Recife e esta, neste período.

6- Informes e outros assuntos

Por fim, foi discutido, que considerando o Congresso, o local para a próxima reunião teria que ser alterado, pois estava prevista para ser em Vitória. Ficou, então, acordado para dia 24/11 a partir das 14:00 horas em Santos, depois do congresso, porém foi ressaltado pela coordenadora, Sra Rosângela, que pelo horário de início da reunião, provavelmente deverá encerrar mais tarde e alerta para os horários dos vôos de retorno. A Sra Rosângela agradece o consenso geral e encerra a reunião.